

## **Morte anunciada: o (des)caso com o patrimônio**

Especialista Alexandra Carneiro Mattos

[alexaandra.Mattos@terra.com.br](mailto:alexaandra.Mattos@terra.com.br)

<http://lattes.cnpq.br/8021522076547948>

Ma. Valéria Soares e Silva

[vabella@yahoo.com.br](mailto:vabella@yahoo.com.br)

<http://lattes.cnpq.br/8522955567031529>

Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

[bernardinafreire@gmail.com](mailto:bernardinafreire@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/0252677389291551>

*Submetido: 03 abr. 2020*

*Publicado: 15 maio 2020*

### **Resumo**

Memória e identidade, dois elementos etéreos, intocáveis, ou como os estudiosos do patrimônio chamam "intangíveis", fazem parte do cerne da definição do que é uma nação, são contributos construídos pelo povo e para o povo que garantem a imagética cultural de uma determinada região, tanto para quem ali habita como para quem tenta identificá-los enquanto sociedade. Tais componentes, quando de sua consolidação social, fixam-se nas mais diversas referências, na sua maioria em monumentos e edifícios históricos, referências visíveis de suas definições. Quando da destruição desses edifícios arquetipos, boa parte da essência deixa de ser vista e, com isso, sentida pela população. Esse sentimento de perda, como quando perdemos um membro e ainda sentimos as "fisgadas" dos músculos é verificada pela comoção que se instaura nos meios jornalísticos e na academia. O incêndio do Museu Nacional no Rio de Janeiro segue na esteira de outras destruições em importantes acervos e consolida triste quadro do abandono de nossas instituições de cultura e divulgação de saberes; o Instituto Butantã, o Museu da Independência e Museu da Língua Portuguesa são outros exemplos que abordaremos em nosso texto. Este artigo procurará, a partir da análise desses acontecimentos e da compreensão da formação de nossos órgãos de preservação (IPHAN e IPHAEP), definir uma perspectiva sob as instituições paraibanas e suas atuais condições de uso e políticas públicas no tocante à preservação e à divulgação da memória e identidade do Estado.

**Palavras-chave:** Memória coletiva. Identidade. Preservação do patrimônio.

## 1 INTRODUÇÃO

Será muy difícil comprender nuestro presente [...], sin tener en cuenta el concepto de Heródoto o la palabra de Cicerón, que consideraban la Historia como 'magistra vitae' o 'maestra da vida' (HEVINA BALLINA, 2000, p. 15).

A queima do Museu Nacional em 02 de setembro de 2018 provocou, ao menos aparentemente, um sentimento de perda por boa parte da sociedade brasileira. Muitas foram as vozes que surgiram em referência ao fato. Lágrimas foram testemunhas de um desastre que levou consigo parte da memória do povo brasileiro, fazendo evocar outros eventos da mesma natureza como os incêndios do Museu da Língua Portuguesa, em 21 de dezembro de 2015 e do Instituto Butantã, em 15 de maio de 2010, ambos na cidade de São Paulo, fazendo desaparecer décadas de pesquisa (parte de uma das mais respeitadas coleções de serpentes do mundo) e a divulgação de particularidades de nossa língua mãe, fatos já silenciados e algumas vezes ocultados da memória social brasileira sucumbiram.

Os fatos nos inquietaram talvez por que nossas formações nos levem, constantemente a repensar os espaços de memória, ou seja, o apagamento da "memória" nacional. Os eventos de catástrofes, muitas vezes anunciadas, outras provocadas, decorrem pela falta de investimentos ou mesmo por interesse de várias ordens, parece está se tornando uma constante, sobretudo quando nos referirmos aos três casos emblemáticos citados. Todavia, há de se considerar que os espaços de memória no país parecem sofrer de uma morte anunciada, uma espécie de remissão pelo fogo.

Vários outros acervos também já passaram pelo mesmo processo, alguns sequer são mencionados. Isso se pensarmos que os exemplos citados ocorreram nas grandes cidades brasileiras, e os que acontecem e sequer são mencionados, a exemplo do acervo da Biblioteca Pública do município de Santa Rita que foi queimado em 14 de março de 2018 e que pouco se noticiou (NEWS PARAÍBA, 2018).

Parece que as cenas são mais comuns no país do que se pode imaginar. A questão que nos provoca e configura em compreender as causas desses acontecimentos, ou melhor, como construir identidades, se nossas instituições-memória estão sendo submetidas ao fogo? Seriam as instituições-memória brasileiras fadadas ao Fahrenheit?

O que se pretende evidenciar neste ensaio refere-se a premissa de que cada vez que alguma instituição-memória desaparece, em razão de negligências relativas à manutenção e combate a incêndios, nossa identidade também padece. Isso porque entendemos que a identidade é construída a partir de um conjunto de elementos que se encaixam, dando sustentação ao todo que nos representa. Outra razão que nos impulsiona na escrita deste ensaio apoia-se nas palavras de Hobsbawm (2002, p. 13) sobre esse apagamento da história:

[...] a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal a das gerações passadas é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem.

Ter acesso a esse passado também se constitui uma questão de cidadania, conforme assegura Paoli (1992, p. 2):

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade, como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o antigo ou fixar o moderno. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade, como sentimento de 'fazer parte' de sua feitura múltipla.

Nesse entendimento, compreendemos instituição-memória como sendo todas e quaisquer instituições que abrigam documentos permanentes ou não cuja narrativa carregam evidências de memória social. Esse entendimento se respalda no retorno aos teóricos que, para Thiesen (2009, p. 63), nas últimas décadas os museus, arquivos e bibliotecas receberam várias denominações, a partir dos termos cunhados por Nora (1993) que as denomina de Lugares de memória; Jacques Le Goff (1984) de Instituições-memória e Namer (1987) instituições de memória cultural.

Para fins deste ensaio adotamos o termo Instituição-memória para nos referirmos aos Museus enquanto espaço de construção de memória. Para Schmucler (2008, p. 11), sociólogo argentino, a memória não se reduz a apenas um documento, mas se revela como a capacidade do próprio existir no presente:

A memória não é um simples documento que aparece num arquivo, mas possibilidades de existir hoje. Isso nos torna responsáveis cada um e coletivamente por essa memória. Ou seja, somos responsáveis pelo que recordamos. Somos responsáveis pelo que queremos que hoje apareça como recuperação do passado, porque dessa responsabilidade surge nosso existir contemporâneo.

Nesse sentido, defendemos que a memória contribuiu para a construção identitária, daí a importância das instituições-memória para se existir no presente e no devir.

Como fins metodológicos a construção desse ensaio se deu pelo viés da pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora quase todos os estudos sejam exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente por fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisa bibliográfica. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também

costumam ser desenvolvidas quase que exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Para tanto a pesquisa se deu em duas etapas, em que a primeira mapeou artigos e livros que abordassem o museu enquanto instituição-memória. Na segunda etapa, se procurou as reportagens que abordassem a queima de acervos adotando as palavras-chave: incêndio de museus, incêndio acervos, gestão de riscos e órgãos de salvaguarda.

## 2 S.O.S MUSEUS: patrimônio em chamas

Para efeito de análise desse fato, partiremos de alguns episódios recentes de catástrofes em acervos nacionais como, por exemplo, o incêndio ocorrido no Museu Nacional, no Rio de Janeiro em 02 de setembro de 2018.

Conforme o site oficial do Museu Nacional<sup>1</sup>, o mesmo fica localizado no antigo Palácio de São Cristóvão ou - como é mais conhecido -, da Quinta da Boa Vista, residência de veraneio da família imperial na época da chegada de D. João VI no Brasil. A chegada da família imperial portuguesa, em 1808, ocorreu em decorrência das invasões napoleônicas que afligiam boa parte da Europa naquele tempo, ocasionando verdadeiras transformações, tanto na arquitetura como na sociedade brasileira que era considerada "atrasada" para os padrões sociais europeus vigentes. D. João VI, quando da decisão de transladar a sua corte para o Brasil, tratou de priorizar a vinda de um grupo de artistas franceses, considerados referência em suas respectivas áreas (arquitetura, pintura, escultura e afins) no intuito de "modernizar" a colônia americana provinciana (RIO DE JANEIRO, 2018).

Ainda no mesmo site identificado que anteriormente, o edifício tinha como proprietário Elias Antônio Lopes, rico comerciante português radicado no Rio de Janeiro, que vivia do tráfico de escravos (RIO DE JANEIRO, 2018).

Segundo Vieira e Melanconi (2007), o Museu Real, que posteriormente seria denominado como Nacional, inicialmente teve a função de reunir exemplares da fauna (animais taxidermizados) e da flora brasileira, tema muito em voga nas coleções museográficas europeias na época. Localizado desde sua fundação, em 6 de junho de 1818, no Campo de Santana, aonde viria ser instalada a Praça da República, em 1892, já com a república consolidada, o acervo foi transferido para a Quinta da Boa Vista.

Segundo consta no site da Instituição, antes da mudança de endereço, a coleção iniciada por D. João VI com o acervo da Casa dos Pássaros (criada em 1784 pelo Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Sousa) foi sendo ampliada por doações da Família Imperial. Assim, somam-se desde a incorporação de peças egípcias originadas das aquisições feitas por D. Pedro I (que viria a ser a maior coleção latino-americana), obras greco-romanas, sendo muitas originárias das escavações de Pompéia e Herculano; as coleções de mineralogia dos naturalistas europeus, como os alemães Abraham Gotlob Werner e Georg Heinrich Von Langsdorff, e o francês Auguste de Saint-Hilaire; além de doações de coleções de zoologia e etnografia de entidades culturais europeias, como o Museu de Berlim, com sua coleção de ornitologia); sem deixar de lado a contribuição de nossos achados pré-históricos, etnográficos e antropológicos, que acabou por moldar o caráter de "preservação da

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/>. Acesso em 20 ago. 2019.

identidade brasileira", mesmo num ambiente tão "ecclético" (RIO DE JANEIRO, 2018).

Neste contexto, mesmo com as constantes mudanças de direção, a exemplo de 1909 quando ficou alocado junto à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio; em 1930, passando para a pasta do Ministério dos Negócios, da Educação e Saúde Pública; e, por fim, desde 1937 faz parte da estrutura administrativa da Universidade do Brasil, que viria a ser denominada em 1965 como Universidade Federal do Rio de Janeiro,; a construção de um ideário do que seria a "alma" e a "identidade" brasileira continuou a ser tônica da instituição. Na verdade, essas características serão constantemente atualizadas quando o museu começa a receber a contribuição de pesquisas acadêmicas na área de antropologia, zoologia e afins (SILY, 2012).

Exemplo dessa contribuição foi a exposição do crânio do Homo sapiens chamado de Luzia, considerada o primeiro fóssil humano das Américas, bem como sua reconstituição facial, com traços negroides e não orientais, serviu para contestar teorias das migrações de povos ameríndios até então vigentes (GASPAR NETO; SANTOS, 2009).

Atualmente, a configuração oficial das peças expostas no museu apontava para uma curadoria bastante "conservadora", trazendo a ordem expositiva das peças um misto de "didática" voltada à visitação de escolas primárias com a de "gabinete de curiosidades", tão comum no século XV, explorando pouco a as novas tecnologias e a educação patrimonial. Segundo Vieira e Bianconi (2007), o Museu Nacional não oferece serviço de guia, cabendo aos professores interessados a realização de treinamento específico realizado pela própria instituição.

O edifício em si contribuía para "essa aparente desorganização", pois foi construído como moradia e depois adaptado para salas expositivas, muitos móveis do período imperial eram expostos, criando representações do que poderiam ter sido os espaços como eles "eram", recriando os ares da sociedade "de salão" da nobreza brasileira. De traços neoclássicos bem aparentes: a fachada principal abrigando em seu ponto central a platibanda representando um frontão "grego", platibandas laterais adornadas com balaústres e estátuas greco-romanas, ornamentação emboçada nas paredes, principalmente com pilaretes e vergas em formas geométricas simples (arcos e triângulos), além da rígida simetria que determina eixos claros de espelhamento de espaços e cômodos, o mesmo é referência importante para compreender a transição arquitetônica e artística observada na fundação de nosso breve império.

Outro ponto crucial para entender a ambiência do Museu é o seu jardim frontal de traços europeus, com uma vegetação mais exógena, buscando a simetria e a geometria comum no que chamamos de jardim francês, buscando referências (em escala bem menor) dos jardins do palácio de Versailles, que ditou por muito tempo a moda de espaços públicos de contemplação e lazer. Já a vegetação em volta se fecha com uma exuberância mais tropical, criando matas em galeria que ajudam na dispersão do calor com muita sombra e presença de água corrente. A ligação com um zoológico decadente não ajuda na renovação das potencialidades educacionais do local, porém era muito visitado por escolas primárias (tanto públicas como particulares).

Tendo posto estas considerações históricas e estruturais do Museu Nacional, de modo a compreender não somente a imensa riqueza salvaguardada na edificação, como também entender o espaço do museu, a própria construção como um legado histórico e cultural que deveria ser reverenciado pelas gerações, relataremos abaixo

como principiou o evento do incêndio, as proporções tomadas e as perdas acumuladas por esse acontecimento.

O incêndio ocorrido em 02 de setembro de 2018 iniciou-se na noite do domingo e, antes que os bombeiros controlassem as labaredas, todo o edifício foi tomado pelo fogo, destruindo a cobertura e várias salas do 1.º e do 2.º andares, destruindo cerca de 90% do acervo (tanto o exposto quanto o que estava nas reservas técnicas localizadas no corpo do museu).

Atualmente se comprovou que a falta de manutenção em equipamentos elétricos foi a causa do início do fogo e como não havia sistema eficaz de combate ao incêndio para toda a construção, as chamas se alastraram facilmente pela estrutura de madeira do telhado e pisos de assoalho, além de outros materiais inflamáveis localizados nos cômodos expositivos e técnicos (a presença de vários produtos químicos como formol e álcool utilizados para a preservação dos espécimes de zoologia foram grandes contribuintes para a dimensão e rapidez do incêndio).

Sempre é necessário frisar que em casos como esse, o que o fogo não destrói a água utilizada pelos bombeiros o faz de forma bastante desastrosa, intensificando a perda das peças. O retrato de descaso nas nossas instituições de cultura já é patente e temos um histórico desastroso de destruição de grandes acervos depositados em locais que imaginamos como mais protegidos e preservados.

Conjuntos históricos como o Instituto Butantã (incêndio em 15/05/2010), Museu do Ipiranga (Museu Paulista da USP) (03/08/2013) e Museu da Língua Portuguesa (21/12/2015), são exemplos que comprovam a falta de investimento na manutenção, modernização ou mesmo implantação de sistemas de proteção a incêndio, como também a manutenção do sistema elétrico e acessibilidade de nossas Instituições de cultura e educação.

O Museu do Ipiranga teve que ser fechado e todo o seu acervo trasladado para edificações alugadas por conta de laudo técnico indicando o risco de desabamento do forro, afundamento estrutural na área da biblioteca e de desprendimento de grandes áreas do revestimento (e em alguns casos, de alvenaria) de sua fachada principal e, por fim, o Museu da Língua Portuguesa foi riscado do mapa por conta de incêndio no sistema de ar-condicionado.

No caso específico do Museu da Língua Portuguesa, o edifício da Estação da Luz em São Paulo já foi palco de incêndio de grandes proporções na década de 1940 e totalmente reconstruída posteriormente, mantendo o uso como estação de trem. A revitalização do edifício e instalação da instituição museográfica, idealizada em 2006, contou com um projeto de autoria dos arquitetos Mendes da Rocha (Paulo e Pedro, pai e filho respectivamente) que trouxe uma ocupação contemporânea para um museu de caráter expográfico único de divulgação da língua portuguesa (SÃO PAULO, 2018).

Depois da descrição pormenorizada desses acervos que foram vítimas do descaso e do acaso de grandes catástrofes, partimos então para compreender como se encontra as instituições-memória e de preservação do patrimônio, órgãos responsáveis ou mesmo fiscalizadores e como estas vem sendo tratadas e como atuam.

### 3 OS ÓRGÃOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO

O Brasil conta com alguns órgãos responsáveis pela preservação e mapeamento do patrimônio histórico-cultural do país. Em nível nacional temos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Trata-se de uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania. Foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas, e tem como funções principais proteger e promover os bens culturais do país. O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da Unesco, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 (BRASIL, [201-]b).

Temos ainda em relação aos museus o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), criado em 2009, no governo do presidente Lula, "a nova autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) sucedeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais" (BRASIL, [201-]a).

O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 30 museus. Em 2015 foi criada e também administrada pelo IBRAM a plataforma museusbr, que faz o mapeamento e atualização dos museus brasileiros (BRASIL, [201-]a).

Já na Paraíba, um dos mais importantes marcos para a preservação do patrimônio histórico/cultural do estado veio com a criação de um importante órgão de salvaguarda do Patrimônio, o IPHAEP.

Fruto do decreto lei nº 5255, assinado pelo então governador Ernany Sátiro, e devendo fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e cultural da Paraíba – IPHAEP tinha como finalidade a preservação dos bens culturais do estado que não se encontram sobre a proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e compreendia os bens de caráter histórico, artístico, folclórico florístico e arqueológico. Os recursos necessários para o funcionamento do IPHAEP viriam do Fundo Estadual da Cultura.

Durante o passar dos anos, várias foram as funções atribuídas ao Instituto, a partir de 1976, por exemplo, todos os processos relacionados a construções feitas no Altiplano-Cabo Branco (Projeto de Lei Complementar nº 12, de 16 de dezembro de 1976, deveriam passar pela fiscalização e aprovação do instituto, além da regulamentação do uso do solo da orla marítima (Decreto Lei nº 9483, de 10 de maio de 1982). Durante esse período, foi conferindo ao Instituto uma grande importância e força. Em 1986 essas leis foram revogadas, Decreto nº 11.204, de 22 de janeiro de 1986.

Hoje o IPHAEP enquanto instituto de preservação no estado tem como funções,

[...] tem por função resgatar e preservar a memória da Paraíba, através do Cadastramento e Tombamento de bens móveis e





Em nível nacional, no ano de 2018, foi realizada pelo Ministério Público Federal uma "Ação Coordenada - Prevenção de Riscos ao Patrimônio Cultural", em que se observou uma força tarefa na intenção de minimizar os incidentes causados por incêndios nos museus do país. Observamos, entretanto que essa ação foi dirigida às instituições federais, ficando a mercê instituições que, mesmo cadastradas no museubr, porém vinculadas a outras esferas, como as estaduais, municipais e particulares que também não foram afetadas pela medida. Por exemplo, o Estado da Paraíba possui mais de 70 unidades museais cadastrados junto ao Ibram e, apesar do significativo número, não encontramos registros da participação da Paraíba no sentido de pôr em prática as recomendações do MPF, especialmente no tocante a divulgação da Nota Técnica do MPF junto as instituições-memória do Estado (BRASIL. Ministério Público Federal, 2018).

Por outro, lado em nível federal, observamos que o MPF em João Pessoa, Paraíba tomou medidas em relação à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mais especificamente a Biblioteca Central da UFPB, Manifestação n.º 6695/2019 – MPF/MABWQ/PRPB e Inquérito Civil n.º 1.24.000.001481/2018-11, que culminou com a Ação Civil Pública com pedido de liminar, datada de 04 de junho de 2019. Anterior a Ação Civil, o MPF determinou que o Corpo de Bombeiros investigasse os riscos da Biblioteca Central, análise que resultou no Laudo de Vistoria 13926/2018 em que concluiu pela existência de alto risco à segurança de pessoas e do patrimônio público.

Diante do que o MPF solicita a justiça o pedido de liminar e por ela acatado a UFPB deverá apresentar o Plano de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico (PPCIP), regulamentado pela Portaria Iphan nº 366, de 4 de setembro de 2018, aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar da PB (CBM/PB), de acordo com a Lei Estadual 9.625/2011 que instituiu o Código Estadual de Proteção Contra Incêndio, Explosão e Controle de Pânico e a Lei Estadual 8.444/2007, que dispõe sobre a Organização do Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Paraíba, e demais normas de segurança vigentes. Assim, a instituição deverá acatar e corrigir na íntegra todas as questões apontadas pelo Laudo de Vistoria 13926/2018.

Isso porque de acordo com o que dispõe o artigo 216 da Constituição Federal: "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]", sendo certo que tais bens, não raro, são acautelados em Instituições Museológicas, Arquivos e Bibliotecas (BRASIL, 1988).

A intervenção junto a Biblioteca Central pode ser vista como uma atuação preventiva, que se efetivada no Museu Nacional, poderíamos ter evitado ou minimizado a catástrofe que sucumbiu à memória social do povo brasileiro. Todavia, vale ressaltar que atitudes como a tomada pelo MPF na Paraíba, nem sempre são compreendidas, sendo inclusive repudiadas. Por outro lado, se vista sob o prisma da prevenção, atitudes dessa natureza são necessárias para reparar, em alguns casos, questões históricas de descaso para com o patrimônio.

É oportuno ressaltar ainda que, embora tenhamos na Paraíba a ação do IPHAEP, observa-se que este ainda tem muito por fazer, a exemplo da Restauração do casarão nº 92, no Bairro de Tambiá, de responsabilidade do Governo Estadual, que se encontra em restauração desde 2005 para abrigar o Museu da Cidade de João Pessoa e a cada dia mais condenada ao abandono e à deterioração. Um patrimônio erguido em 1920, com arquitetura em estilo *Art Nouveau*, tombado pelo IPHAEP em agosto de 1980 (FELIPE, 2015), clama por recuperação.



Museu Nacional burn on Rio de Janeiro keeps on the matting of others important holdings destruction and reinforce the sad picture of the abandonment of our cultural institutions and dissemination of knowledge; the Instituto Butantã, the Museu da Independência and the Museu da Língua Portuguesa are others examples that will be brought in the discussion. This article will search for, based on the analysis of those events and by the comprehension of the formation of our preservation organs (IPHAN and IPHAEP), define a perspective of the Paraíba's institutions and its current use conditions and public policies when it comes to preservation and disclosure of memory and entity of the State.

**Keywords:** Collective memory. Identity. Heritage preservation.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Ministério da Cidadania. **Museus do Brasil**. Brasília: Ministério da Cidadania, [201-]a. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-do-brasil>. Acesso em: 16 jul. 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Cidadania. **O Iphan**. Brasília: Ministério da Cidadania, [201-]b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação coordenada prevenção de riscos ao patrimônio cultural**. Brasília: Ministério Público Federal, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/acoes-coordenadas>. Acesso em: 05 jul. 2019.

FECHINI, D. **Iphaep alerta para riscos de incêndios em museus e centros históricos da Paraíba**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/09/04/iphaep-alerta-para-riscos-de-incendios-em-museus-e-centros-historicos-da-paraiba.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2019.

GASPAR NETO, V. V.; SANTOS, R. V. A cor dos ossos: narrativas científicas e apropriações culturais sobre "Luzia", um crânio pré-histórico do Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 449-480, oct. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493132009000200005&lng=en&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132009000200005&lng=en&nrm=is). Acesso em: 06 jul. 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABERMA. S. J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1988.



